



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 23 de março de 1962.

*No almoço oferecido no Iate Clube  
do Rio de Janeiro pela Câmara  
Norte-Americana de Comércio.*

A honra que me conferiu a Câmara Norte-Americana de Comércio, convidando-me para participar dêste almoço, em que os seus associados, às vésperas de minha viagem aos Estados Unidos, me acolhem com tamanha cordialidade e com tanto aprêço, é um testemunho que muito me sensibiliza. Quero, de logo, deixar expresso o meu reconhecimento.

Compreendo o alcance e o sentido desta reunião. E, como se já estivesse na ante-sala dos Estados Unidos, país a que, apesar das diferenciações específicas que nos separam, somos ligados por laços da mais expressiva tradição de boa convivência, invocarei a costumeira objetividade dos norte-americanos, para, aqui, usar daquela linguagem direta e franca, que deve caracterizar o teor das relações de amigos que desejam e precisam continuar sendo amigos.

Avêso, por temperamento, à linguagem protocolar, prefiro o diálogo de clareza e de sinceridade, mesmo que isso, a um exame mais superficial, possa parecer pouco diplomático ou menos gentil.

Asseguro-lhes que o Govêrno brasileiro não alimenta a mínima prevenção, nem cultiva qualquer sorte de preconceito ou má vontade com aquêles que representam ou defendem os interêsses do capital estrangeiro.

Pessoalmente, vejo nos senhores inteligentes homens de negócio, que invertem capitais em nosso país e que, naturalmente, precisam obter a remuneração adequada aos recursos financeiros empregados, de modo a cobrir os riscos que possam ocorrer. Isto pertence à essência dos negócios e é um direito que reconhecemos inteiramente. Mas, assim como somos gratos à atividade pioneira de grandes complexos comerciais, que nos ajudaram a conquistar

e ampliar nosso mercado interno, introduzindo e difundindo novos métodos e novas relações entre consumidor e vendedor, tanto nas capitais como nos mais afastados rincões do país, somos contrários aos que para aqui vêm, isolam-se do convívio da comunidade brasileira e não procuram compreender nem interpretar nossos sentimentos e aspirações.

Quanto aos investimentos, é também natural que sejam cercados de garantias, a fim de que possam ser aplicados em escala crescente. Enfim, desejamos dar aos homens de negócio a tranqüilidade para que possam trabalhar. Ao Brasil, ao progresso do nosso país, convém, do mesmo modo, que seja mantida, de maneira efetiva, essa tranqüilidade.

O que os senhores não podem deixar de considerar também, e estou certo de que o fazem, é a conveniência do nosso país, que deve ser colocada sempre em primeiro plano.

Entendemos, outrossim, que os investimentos devem ser selecionados no interesse conjugado do Brasil e de quem os aplica, rigorosamente garantidos, mas, igualmente, orientados, quanto à sua finalidade, no rumo do que convenha mais precípuamente à política do nosso desenvolvimento. E nesta ordem de considerações é claro que eu não seria leal nem sincero para com os senhores se dissesse que situo no mesmo plano de minha consideração, como brasileiro e como homem com as responsabilidades de govêrno, tôdas as hipóteses de investimento. A hipótese, por exemplo, de uma indústria produtora de quinquilharias ou qualquer atividade comercial meramente intermediária ou especulativa, em concorrência às nacionais, de um lado; e do outro, qualquer empreendimento econômico básico ou necessário em que a técnica e os recursos estrangeiros ocupem os espaços vazios da produção indispensável ao progresso, não devem representar a mesma coisa.

Reconheço que possa ser até, em têrmos formais, muito lógico que o investidor queira insistir na preferência pela atividade que lhe proporciona maior lucro e que, nesse objetivo, procure forçar em tal direção o emprêgo de seu capital. Todos terão de compreender, porém, que o Brasil se reserva o direito de estabelecer suas próprias regras e, desde que oferece segurança, tranqüilidade e rentabilidade ao investimento estrangeiro, não abre mão de sua

prerrogativa de encaminhá-lo em harmonia com os reclamos do seu desenvolvimento.

Os senhores, norte-americanos ou de qualquer outra nacionalidade, — e quero que esta afirmativa, com a responsabilidade do meu cargo, seja feita da maneira mais inequívoca — podem estar certos de que não existirá qualquer atitude suspeita ou prevenida contra a entrada de capital estrangeiro que se disponha a nos ajudar, lealmente, na luta pela nossa emancipação econômica.

Quanto ao retorno de capitais ou remessa de lucros para os países de origem, todos os senhores também devem ter presente que se trata de uma operação que envolve altos interesses nacionais e que, portanto, não pode processar-se desordenadamente. Temos a mais sincera preocupação em proporcionar garantias ao capital, para que êle continue conosco, se incorpore ao Brasil e aqui permaneça na batalha pelo desenvolvimento nacional.

E é por isso que, em relação a êsse problema, manifestei, na última mensagem que dirigi ao Congresso Nacional, a propósito da necessidade de um estatuto legal que defina e assegure o âmbito de atuação do capital estrangeiro, o meu apêlo para que se encontrasse a justa solução, de interesse do Brasil. E tal solução será a consistente em evitar a xenofobia contra os recursos e os elementos de fora que colaboram honestamente em nossa vida econômica, impossibilitando, também, qualquer ação espoliativa contra a nossa economia, que aí está para ajudar e ser ajudada, mas que não pode mais ser colonizada.

Tenho a convicção de que esta será a melhor maneira de encontrarmos o denominador comum que signifique estímulo ao capital estrangeiro, mas que represente, sempre e realmente, apoio e incentivo ao Brasil e a seu progresso. Desejamos que o investidor se sinta bem em nosso país, que enriqueça, mas que seu enriquecimento seja, antes de tudo, o enriquecimento do Brasil e nunca represente o nosso empobrecimento. Sei que êste é, também, o pensamento dos senhores.

Outro ponto que me sinto no dever de abordar nesta reunião é o que se refere ao setor dos serviços públicos.

No passado, tivemos a colaboração da técnica, da capacidade empresarial e do capital estrangeiro, sobretudo voltados para o

setor da execução de tais serviços. Águas e esgotos de grandes cidades, estradas de ferro, energia elétrica, bondes, portos, navegação, telefones, e tantos outros serviços públicos neste país, são o produto do pioneirismo de grandes empreendedores estrangeiros, que vieram radicar-se no Brasil e trouxeram técnica e capitais, para impulsionar o nosso progresso através do processo de concessões de serviços públicos. Não há negar-se que tal processo, em que a iniciativa privada e o Poder Público contratam colaborar para a melhor execução de serviços imprescindíveis às populações, assinala a primeira grande experiência da junção de esforços públicos e privados para a realização de grandes tarefas, e produziu fecundos resultados.

Manda a verdade confessar, no entanto, que circunstâncias de várias ordens concorreram para que, em sua evolução, o sistema acabasse por exaurir-se, deixando subsistentes várias e largas áreas de atrito entre a opinião pública, o poder concedente e o concessionário, e, por um fenômeno muito natural de transposição, envenenando as próprias relações entre o nosso país e governos estrangeiros, especialmente o mais representativo dêles neste setor, o dos Estados Unidos.

Não é o momento, neste almôço, de analisar tôdas as causas que conduziram a tal situação, entre as quais o mais desapaixonado espírito de análise poderá ressaltar, principalmente depois do abandono da chamada "cláusula ouro", que foi uma imprescindível atitude de defesa de interesses nacionais legítimos, tomada pelo grande Presidente Getúlio Vargas, o desajuste tarifário de uma economia inflacionária e em expansão, e o incontestável desinteresse dos capitais e investidores na ampliação desses serviços, com a perda de sua capacidade de expandir-se e atender às exigências do desenvolvimento do País. De tudo resultou o quadro que aí está, comprovado por quantos examinam a realidade nacional. Empresas que desempenharam relevante papel na história econômica do País estão hoje enquistadas em setores fundamentais para o nosso desenvolvimento, sem possibilidade de atender aos reclamos de nossa economia em expansão e de uma clientela crescente de serviços públicos. Entram, por isso, serviços e empresas, em deterioração, e se tornam cada vez mais deficientes.

Ninguém pode contestar em sã consciência que, salvo raríssimas exceções, o fato é que essas concessões, em geral, no Brasil, funcionam mal, funcionam inadequada e insuficientemente. E, ainda admitindo-se que as tarifas cobradas não sejam as mais favoráveis, a verdade é que o povo, mal servido, fica sempre com o direito de proclamar que paga caro, em relação ao seu poder aquisitivo, por serviços ruins.

Sabem os senhores que eu e tantos outros responsáveis pela política nacional já temos feito tais afirmações em praça pública. E, como Presidente, não mudei; ao contrário, mais se fortaleceu em mim a idéia da necessidade de uma solução que atenda neste importante setor aos justos reclamos populares.

Não sou homem de recuar das posições, quando as julgo acertadas e quando entendo que consultam ao interesse popular. Mas não desejo também, como um dos responsáveis pela tranqüilidade nacional, como Chefe de Estado, trazer-lhes a inquietação ou o pânico, o que só agravaria dificuldades recíprocas, no presente e no futuro.

Desejo enfim, senhores, ser fiel ao meu passado e às minhas convicções. Desejo ir ao encontro do interesse do povo, sem trair jamais meus compromissos com êle livremente assumidos. Estou certo, porém, de que êsses anseios populares podem ser atendidos sem provocar reações desaconselháveis aqui e no exterior, especialmente entre os países, os homens e os grupos que no Brasil tenham invertido ou venham a inverter seus capitais. Entendo que, também aqui, podemos e devemos encontrar um denominador comum que, atendendo em primeiro plano aos interesses do Brasil, não desatenda ao das emprêsas concessionárias.

Sem alarde, mas encarando os altos interesses nacionais, podemos ir ao encontro do povo, sem atropelar os investidores estrangeiros que aplicam seus capitais em nosso país. Se tais serviços públicos, por diversas razões, já não podem cumprir suas tarefas de bem servir o povo, se as próprias emprêsas sustentam que já não estão obtendo resultados satisfatórios, e como desejamos que êsses capitais aqui permaneçam em setores onde não sejam inquietados e onde possam dar maior contribuição ao progresso nacional, não será difícil encontrarmos a solução do entendimento, que,

atendendo aos altos interesses nacionais e populares, não crie embaraços ou provoque danos aos investidores de capitais, seja qual fôr a sua bandeira de origem. E, principalmente, meus senhores, quando tais questões envolvem interesses de dois países, que, por sua identificação com o ideal democrático, têm, nesta hora, mais que em qualquer outra, o dever de evitar incompreensões e choques em suas relações cotidianas, como é o caso do Brasil e dos Estados Unidos, o problema que se apresenta é uma convocação simultânea à capacidade de decidir dos governos e ao bom senso ou à capacidade de compreender dos interessados.

Estou seguro de que a minha linguagem é compreendida como a de um homem que vive o seu tempo e que, interessado em preservar os seus ideais de democrata convicto, sabe que poderá estabelecer um diálogo de tal natureza com o atual Govêrno dos Estados Unidos, entregue à clarividência e à sensibilidade de um líder da nova geração que, tantas vêzes, tem pregado a formação de "uma comunidade mundial, onde exista liberdade de decisão, onde os homens possam viver de acôrdo com seus próprios desejos, em condições que lhes permitam ampliar suas oportunidades econômicas e aprofundar a justiça social, e onde as nações possam tomar suas próprias decisões, dentro dos moldes de suas próprias culturas e tradições".

Na linha dêsse entendimento, estou certo de que o Govêrno e o povo brasileiros, cujo amadurecimento democrático tem sido tão bem provado nos últimos tempos, hão de poder, concretamente, demonstrar que apreciam e acolhem, em condições de segurança e de estímulo, o capital estrangeiro que venha colaborar conosco e que a êle e aos seus detentores, que serão considerados amigos, saberão corresponder.

No rumo dessa orientação, convicto de que as relações entre Estados só florescem na medida em que os povos respectivos as compreendam e integrem nas profundas raízes dos seus sentimentos, posso assegurar-lhes, quanto em mim esteja, que não pouparei esforços no sentido de, eliminando obstáculos, fazer com que a linguagem franca e sem subterfúgios entre os governos norte-americano e brasileiro conduza o povo do Brasil e o povo dos Estados Unidos à identificação de propósitos no quadro dos seus interesses comuns,

já que ambos, cada qual a seu modo, não mais precisam de qualquer esforço para demonstrar que acreditamos no ideal da democracia, como o insubstituível instrumento de ação das nações livres.

Vamos, meus senhores, com sinceridade de propósitos e sem qualquer intenção escusa, trabalhar pelo futuro e pela grandeza deste país, que quer vê-los tranqüilos e que encontrará nessa tranqüilidade um estímulo para continuar, também, lutando, e cada vez mais, pela independência e pelo bem-estar de seus filhos, que querem e hão de continuar vivendo numa pátria soberana, livre e democrática.